

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Instituto de Ciências Exatas / ICE
Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática

PRISCILA FONTES JUSTE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR:
A DESIGUALDADE FINANCEIRA E SOCIAL NO BRASIL**

JUIZ DE FORA
2018

PRISCILA FONTES JUSTE

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR:
A DESIGUALDADE FINANCEIRA E SOCIAL NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, do Departamento de Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Amarildo Melchiades da Silva

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Juste, Priscila Fontes.

Educação financeira escolar : a desigualdade financeira e social no Brasil / Priscila Fontes Juste. -- 2018.

41 f. : il.

Orientador: Amarildo Melchiades da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Exatas.

Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, 2018.

1. Educação Matemática. 2. Educação Financeira Escolar. 3. Desigualdade Social. 4. Distribuição de Renda . I. Silva, Amarildo Melchiades da, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

PRISCILA FONTES JUSTE

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR: A DESIGUADADE FINANCEIRA E SOCIAL NO BRASIL

Monografia apresentada à Banca Examinadora designada pela comissão de Monografia do curso de Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática, ICE/UFJF, aprovada em 20/12/2018.

Amarildo Melchhiades da Silva
(Orientador)

Andréa Stambassi Souza

Márcio Carlos Vital

Juiz de Fora, 20 de Dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pelo dom da vida, pela força, saúde e sabedoria para superar todas as dificuldades durante toda esta caminhada.

Aos meus pais, Mauri e Valéria, pela educação concedida, pelo amor e incentivo durante toda a minha caminhada.

Aos meus irmãos, Poliana e Pablo, por todo apoio e companheirismo.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao corpo docente por me conceder oportunidade, competência e discernimento para concluir esta especialização.

Ao meu orientador, professor Amarildo Melchiades da Silva, pela orientação, confiança e apoio na elaboração deste trabalho.

A todos os professores da Especialização em Educação Financeira e Educação Matemática por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional.

Meus agradecimentos aos amigos e companheiros de trabalhos que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em vida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

“Uma jornada de mil quilômetros precisa
começar com um simples passo”. LAO
TZU

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção do tema desigualdade social em Educação Financeira no âmbito escolar no Brasil. Para atender a esta finalidade, dedicamo-nos a perspectiva de Educação Financeira pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do governo brasileiro de educar financeiramente a população. Além disso, uma discussão sobre a desigualdade financeira e social e as influências na sociedade econômica. A partir, de tais perspectivas, apresentamos uma proposta de currículo de Educação Financeira Escolar por Silva e Powell, com embasamento teórico no Modelo dos Campos Semânticos. Este estudo nos propiciou, ainda, avaliar a importância de discutir o tema sobre desigualdade social no contexto da Educação Financeira nas escolas e quais temáticas podem ser objeto de estudo para a compreensão do tema no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes na sala de aula de Matemática.

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Financeira Escolar. Desigualdade Social. Distribuição de Renda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira	19
FIGURA 2 – Renda média por quintil.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução das Classes Econômicas.....	23
GRÁFICO 2 – Indicadores baseados em Renda Domiciliar per Capita.....	24
GRÁFICO 3 – Curva de Concentração de Renda.....	26
GRÁFICO 4 – Como ler os gráficos.....	27
GRÁFICO 5 – Quanto da renda nacional vai para os 10% mais ricos.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências	20
QUADRO 2 – Situações didáticas referente a cada bloco.....	20

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD.....	25
TABELA 2 – Renda Domiciliar per Capita – Diferentes Fontes.....	25
TABELA 3 – Dissertações desenvolvidas pelo grupo de grupo de pesquisa	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF-Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil

CPC – Centro de Políticas Sociais

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAP – Grupo de Apoio Pedagógico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MEC – Ministério da Educação

MCS – Modelo dos Campos Semânticos

NIDEEM – Núcleo de Investigação, Divulgação e Estudos em Educação Matemática

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	14
2 – Educação Financeira na visão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.....	16
3 – Educação Financeira na Escola: A Proposta do Governo Brasileiro	19
4 – Entendendo sobre Desigualdade Social	24
4.1 – Distribuição de Renda no Brasil	25
4.2 – Índices de Desigualdade Econômica	29
4.3 – A Distribuição de Riqueza no Brasil	32
5 – Uma Proposta Alternativa de Educação Financeira Escolar	34
5.1 – Proposta Curricular de Educação Financeira Escolar	34
5.2 – As Pesquisas sobre Educação Financeira Escolar.....	36
6 – Considerações Finais	38
Referências.....	40

1 – Introdução

Este trabalho monográfico tem como objetivo discutir a inserção do tema desigualdade social entre os temas que serão assuntos da Educação Financeira na escola na Educação Básica. Entendemos que a distribuição de renda e de riqueza no Brasil deveria ser objeto de discussão e reflexão entre os estudantes na sala de aula de Matemática como parte de sua educação financeira.

A questão orientadora de nosso estudo foi: como a desigualdade social brasileira pode ser inserida no projeto de educar financeiramente estudantes da Educação Básica de escolas públicas? O como, se refere a entender que temáticas podem ser objeto de estudo para a compreensão do tema.

As pesquisas sobre Educação Financeira vêm aumentando ao longo dos últimos anos em diversas áreas do conhecimento, tais como, a Educação, a Administração e a Economia. Assim, com o objetivo de delimitar bem nossa pesquisa, sugerimos que nosso estudo se insere no campo de pesquisa da Educação Matemática e nossa temática é delimitada para estudos voltados para o ambiente escolar, ao que foi designado por Silva e Powell (2013) por Educação Financeira Escolar.

Por tratar de uma temática atual considerou-se importante a execução dessa pesquisa, pois apesar de nós brasileiros sermos todos iguais perante a lei, há profundas desigualdades entre os membros da nossa sociedade. Mesmo com avanços importantes em termos de distribuição de renda nas últimas duas décadas, o Brasil continua tendo uma concentração de riqueza, em poucas mãos, e segue sendo um dos países mais desiguais do mundo no que diz respeito à distribuição de renda. Um dos elementos primordiais entre as causas da desigualdade brasileira reside no acesso à educação e à renda.

Dessa forma, o presente trabalho divide-se em seis capítulos.

O primeiro capítulo é a presente introdução. No segundo capítulo, faremos uma análise sobre a concepção de Educação Financeira da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que discutiremos suas perspectivas e sobre a importância desta temática nas escolas.

No terceiro capítulo, analisaremos a proposta de Educação Financeira na escola do governo brasileiro, através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com intuito de educar financeiramente a população ao longo de suas vidas.

Destinamos o capítulo quatro, à análise e a compreensão da distribuição de renda, os índices de desigualdade econômica e a distribuição de riqueza que permeiam a sociedade brasileira no viés da Educação Financeira Escolar. No capítulo cinco, apresentaremos uma proposta de currículo de Educação Financeira Escolar, de acordo com Silva e Powell e uma revisão de literatura das pesquisas realizadas com base nesta proposta de currículo e a partir do Modelo dos Campos Semânticos.

Finalmente, no capítulo seis, teceremos nossas considerações finais a partir das reflexões impulsionadas pela discussão sobre a desigualdade social no contexto da Educação Financeira nas escolas e o impacto deste tema no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes no âmbito escolar.

2 – Educação Financeira na visão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Neste capítulo, apresentaremos a visão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre a Educação Financeira, salientando suas perspectivas e importância desta temática no âmbito escolar.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2003, incluiu um projeto intitulado “Projeto de Educação Financeira”, a fim de conscientizar e educar financeiramente os cidadãos dos países membros e não membros, como o Brasil.

A compreensão de Educação Financeira é expressa pela OCDE nos seguintes termos:

Educação Financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento em relação a conceitos e produtos financeiros, e, alicerçados em informação, instrução e/ou consultoria direta, desenvolvem habilidades e confiança que os torna conscientes das oportunidades e riscos financeiros, para fazer escolhas informadas, mais capazes de obter informação adicional para fazer escolhas, saberem onde buscar ajuda e de assumirem outras ações efetivas a fim de melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro. (OCDE apud SILVA; POWELL, 2015, p.8).

A importância da Educação Financeira decorre da evolução do mercado financeiro nos últimos anos e a relevância de se educar financeiramente os cidadãos, a fim de proporcionar uma gestão de seus bens que interferiam diretamente na economia dos países. Nesta vertente, evidenciaram nos relatórios da OCDE, três fatores que aumentam a importância da Educação Financeira:

i) o baixo nível de conhecimento financeiro dos consumidores, em particular, na camada da sociedade constituída pelos menos instruídos, por aqueles que pertenciam às minorias étnicas e raciais e por aqueles que estavam na extremidade inferior da distribuição de renda; ii) o aumento e a complexidade dos produtos financeiros; iii) o aumento da expectativa de vida das pessoas e as mudanças no regime de pensão. (SILVA; POWELL, 2015, p.5).

Além desses fatores que destacam a importância de educar financeiramente os cidadãos, o relatório oferece programas de Educação Financeira com temas voltados para finanças pessoais, a fim de não só educar financeiramente, mas o impacto significativo na economia dos países envolvidos.

Contudo, o objetivo da educação financeira da perspectiva da OCDE é,

O objetivo da educação financeira é que as pessoas devem gerir bem o seu dinheiro ao longo de suas vidas. Assim, a educação financeira deve abranger atitudes e comportamentos, bem como conhecimentos e habilidades. Isso porque, a menos que aqueles que recebem educação financeira se comportem, posteriormente, de uma forma financeiramente capaz, a educação financeira não conseguiu alcançar sua finalidade (MUNDY apud SILVA; POWELL, 2013, p.6).

Na seção “Boas Práticas” do documento intitulado, *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Conscientização* da OCDE, tem a seguinte recomendação “A Educação Financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas” (OECD, apud SILVA; POWELL, 2013, p.3). Consequentemente,

Para os programas que favoreçam o uso de sala de aula, devem ser promovidos cursos adequados e a capacitação dos educadores. Assim, precisam ser incentivados programas de “formação de professores”, e a distribuição de material informativo específico e ferramentas para estes formadores (OCDE apud SILVA; POWELL, 2015, p.10).

Nos relatórios da OCDE apresenta a importância da proposta de Educação Financeira nas escolas fundamentada nos seguintes argumentos:

i) a formação no ambiente escolar possui o potencial de atender esse público alvo em quase a sua totalidade, o que não está assegurado quando se considera outros segmentos da população, como por exemplo, os adultos; ii) os jovens tendem a ser mais receptivos à educação do que pessoas mais velhas; iii) as crianças estão se tornando consumidores ativos, sendo que seus gastos podem impactar sobre as despesas de suas famílias; iv) muitos jovens estão gastando muito, por exemplo, com telefonia móvel; v) crianças e jovens estão sendo o público alvo da publicidade e do marketing; vi) estudantes mais velhos terão que considerar as implicações financeiras e tomar decisões sobre a continuidade de seus estudos; vii) os jovens estão, cada vez mais, tomando decisões financeiras que podem influenciar no seu futuro, por exemplo, expondo-se ao risco de acumular dívidas significativas e são financeiramente menos capazes de gerenciar suas finanças do que os mais velhos (enfrentando atualmente maiores desafios financeiros do que a geração dos seus pais, quando estavam na mesma idade); viii) muitos pais não possuem o conhecimento e a capacidade de gerenciar o próprio dinheiro e por esta razão não se encontram em condições de oferecer orientação efetiva a seus filhos. (MUNDY apud SILVA; POWELL, 2015, p.10-11).

O propósito da inserção da Educação Financeira nas escolas seria de ajudar os estudantes a gerirem bem seu dinheiro ao longo de suas vidas com uma forma-

ção que envolvesse não só informação, mas habilidades, conhecimentos, atitudes e comportamentos.

A Educação Financeira proposta pela OCDE visa às finanças pessoais dos estudantes e os conhecimentos e habilidades na sociedade de consumo que interfere no cenário econômico. Os cidadãos devem adquirir competências financeiras na sua vida o mais cedo possível. A fim de destacar, a capacidade que os consumidores têm para a tomada de decisões financeiras, desde a gestão do seu orçamento familiar, ao planejamento de despesas e escolha de serviços e produtos financeiros adequados, à aplicação de poupanças e recurso ao crédito em condições que lhes sejam mais vantajosas, a fim de usar o conhecimento e as habilidades de gerir recursos financeiros de forma eficaz.

O propósito da perspectiva da OCDE, na visão de Silva e Powell (2015), sobre a Educação Financeira na escola seria o de ajudar os estudantes a gerenciar bem o seu dinheiro ao longo de suas vidas, além de, no futuro serem bons divulgadores de novos hábitos financeiros para o resto da população. Para que a inserção desta temática aconteça no contexto escolar é preciso que seja trabalhada pelos profissionais da educação.

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. Ela tem o propósito de auxiliar os consumidores na administração dos seus rendimentos, orientar na tomada de suas decisões, informar sobre serviços financeiros ofertados, sobre necessidades e desejo de consumo, de poupança e investimento, consumir de forma consciente e ajudar a prevenir situações de armadilhas e para melhorar o seu bem-estar financeiro presente e a longo prazo.

3 – Educação Financeira na Escola: A Proposta do Governo Brasileiro

A partir da visão de Educação Financeira da OCDE, a Estratégia Nacional de Educação Financeira elabora um programa de Educação Financeira nas escolas. Neste capítulo, apresentaremos a perspectiva de Educação Financeira do governo brasileiro, o programa de Educação Financeira nas escolas e o modelo pedagógico constituído no material didático.

O Brasil, apesar de não ser membro da OCDE, instituiu em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do decreto 7.397/10 que define a Educação Financeira utilizando-se do conceito estruturado pela OCDE, mas adaptando-se para a cultura de cada país.

A Educação Financeira, além de informar, também forma e orienta indivíduos que consomem, poupam e investem de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo (ENEF, 2012).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) define a Educação Financeira, seguindo a mesma perspectiva da OCDE:

É o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos nele envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2011b, p. 57-58).

Com base nesta definição e com a iniciativa da ENEF, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) elaborou um programa educacional brasileiro: o *Programa Educação Financeira nas Escolas*. Criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) responsável de definir planos, programas e ações no desenvolvimento de conhecimentos para a inserção do programa nas escolas.

Além disso, o propósito da COREMEC para tal estratégia é:

(...) promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CONEF, 2013, p.1).

O programa elaborado pela COREMEC é formado por dois projetos: o Ensino Médio e o Fundamental. Em ambos os projetos educacionais possuem um plano pedagógico e um conjunto de livros didáticos referentes a cada segmento de ensino. Os livros oferecem ao aluno e ao professor, atividades educativas que permitem a inserção do tema na vida escolar dos estudantes.

O modelo pedagógico e o conteúdo foram concebidos tendo como base o documento intitulado *Orientação para Educação Financeira nas Escolas*, com o apoio do Instituto Unibanco, em colaboração com o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), liderado pelo Ministério da Educação (MEC) com participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A proposta deste documento é fornecer informações e orientações aos estudantes para que possam elaborar um pensamento financeiro adequado as situações financeiras da sociedade.

O material didático do programa de Educação Financeira para o Ensino Médio oferece situações didáticas presentes no cotidiano dos estudantes. Este material é composto pelo Livro do Professor, Livro do Aluno e Caderno do Aluno. No Livro do Professor é explicitado o modelo pedagógico nos seguintes termos:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer à vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence (CONEF, 2013, p.7).

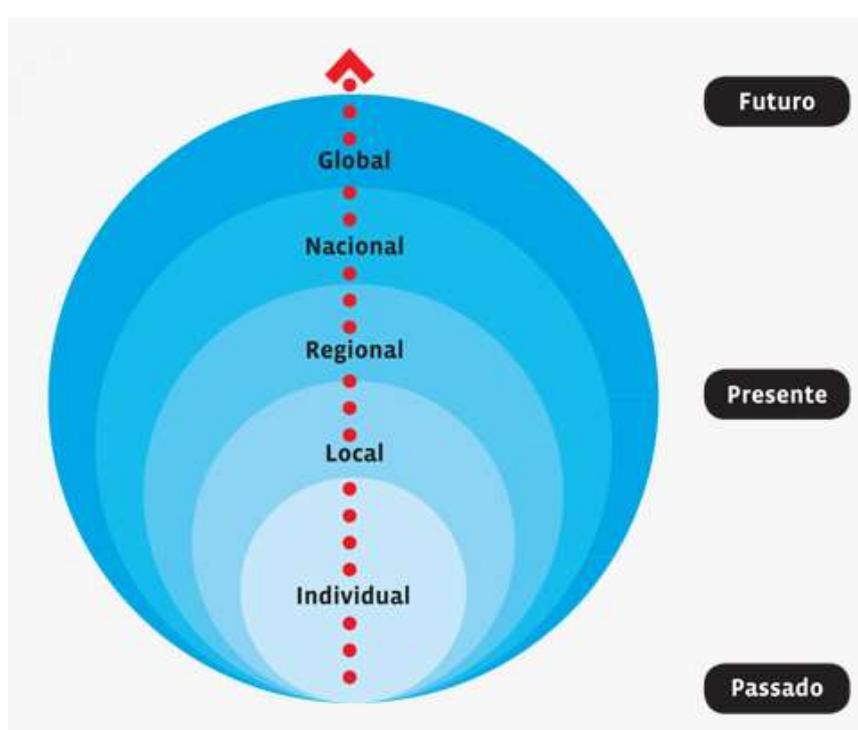
Ao enfatizar as situações do cotidiano dos alunos na qual sempre acontecem em espaço e tempo determinado, os materiais didáticos tiveram seus conteúdos organizados segundo as dimensões espacial e temporal.

Na dimensão espacial, os conceitos da educação financeira se pautam no impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa Essa dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de

modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados com base na noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos [...]. (CONEF, 2013, p.8).

A figura 1 ilustra como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si juntamente com a dimensão temporal a partir de tomadas de decisões no presente que podem afetar o futuro.

Figura 1 - Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira.



Fonte: CONEF. Educação Financeira no Ensino Médio. 2013

O modelo pedagógico está caracterizado de acordo com as duas dimensões, explicitadas acima, no qual os conteúdos se desenvolvem através dos sete objetivos gerais e dez competências como mostra o quadro 1:

Quadro 1 - Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

OBJETIVOS		COMPETÊNCIAS	
OBJETIVOS ESPACIAIS	OB1 Formar para a cidadania	C01 Debater direitos e deveres	
	OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	C02 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis	
		C03 Harmonizar desejos e necessidades ao planejamento financeiro do projeto de vida	
	OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	C04 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira	
OBJETIVOS TEMPORAIS	OB4 Formar multiplicadores	C05 Ler criticamente textos publicitários	
		C06 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades	
		C07 Atuar como multiplicador	
	OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	C08 Elaborar planejamento financeiro	
	OB6 Desenvolver a cultura da prevenção	C09 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo	
OB7 Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	C10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas		

Fonte: CONEF. Educação Financeira no Ensino Médio. 2013

As situações didáticas são organizadas em três blocos. Cada bloco possui três temas que são divididos de acordo com as sete situações didáticas. Os blocos são organizados da seguinte maneira:

Quadro 2 - Situações didáticas referentes a cada bloco.

Bloco 1	Bloco 2	Bloco 3
Situações da Vida Pessoal e Familiar no curto prazo: <ul style="list-style-type: none"> Vida Familiar Cotidiana Vida Social Bens Pessoais 	Situações da Vida Pessoal e Familiar no médio e longo prazo: <ul style="list-style-type: none"> Trabalho Empreendedorismo Grandes Projetos 	Situações do País e do Mundo em Articulação com a sua vida Pessoal e Familiar, no curto, médio e longo prazos: <ul style="list-style-type: none"> Bens Públicos Economia do país Economia do Mundo

Fonte: www.aefbrasil.org.br

De acordo com a ENEF, tanto o modelo pedagógico quanto os conteúdos financeiros possibilitam ao estudante se colocar como protagonista de sua própria

história de vida, dando a ele condições de planejar o futuro que deseja para si, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence.

Ao analisarmos os Livros do Professor e do Aluno do programa de Educação Financeira nas Escolas para os alunos do ensino médio, percebemos que o nosso tema de investigação, desigualdade social, não é abordado ao longo das situações didáticas compostas nos três blocos que constituem o material.

Enfim, no próximo capítulo discutiremos a distribuição de renda, os índices de desigualdade econômica e a distribuição de riqueza que permeiam a sociedade brasileira no viés da Educação Financeira Escolar.

4 – Entendendo sobre Desigualdade Social

Apesar de nós brasileiros termos direitos iguais perante a lei, há profundas desigualdades entre os membros da nossa sociedade. Mesmo com avanços importantes em termos de distribuição de renda nas últimas duas décadas, o Brasil continua tendo uma concentração de riqueza, em poucas mãos, e segue sendo um dos países mais desiguais do mundo. Um dos elementos primordiais, na nossa opinião, entre as causas da desigualdade brasileira reside na desigualdade no acesso à educação e renda.

Na desigualdade social existem várias outras formas de desigualdades, tais como, de renda, de gênero, de raça, de geração, geográfica, de acesso a serviços públicos, na educação, dentre outras. De modo geral, a desigualdade econômica é dada pela distribuição desigual de renda e de riqueza.

Decorrente da má distribuição de renda, as consequências da desigualdade social no Brasil desencadeiam na favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e violência. Apesar de o Brasil estar entre os dez países do mundo com o Produto Interno Bruto (PIB) mais alto, é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo.

Alguns dados recentes apresentados pela organização Oxfam Brasil¹, em nível global, indicam que apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população mundial. No Brasil, a situação é ainda mais acentuada: apenas seis pessoas possuem a riqueza dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Aqui, os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%.

Não se pode trabalhar a desigualdade econômica sem relacioná-la a outras formas de desigualdade. Nos seguintes tópicos abordaremos a distribuição de renda no Brasil, o funcionamento da sociedade referente a esta distribuição, a influência na potencialidade do consumo e a capacidade de geração de renda de acordo com as classes econômicas.

¹ A Oxfam Brasil faz parte de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo. Cf. www.oxfam.org.br.

4.1 – Distribuição de Renda no Brasil

Há algumas considerações na definição e uso do critério de renda seja na definição de classes ou da sua tradução em potencial de consumo e de capacidade de geração de renda.

As classes econômicas são definidas por sua renda per capita de todas as fontes de obtenção da mesma. A renda per capita se distingue para famílias que tem a mesma renda total e números de membros distintos. Existem significações diferentes para a renda domiciliar total e a renda per capita. Por exemplo:

[...] na nossa classificação uma família que tem renda total de 1700 reais mensais divididas entre digamos 13 membros será dedicada exclusivamente à subsistência de seus membros, considerada pobre, enquanto outra composta de uma única pessoa terá a condição de comprar supérfluos. Se usássemos o conceito de renda total da unidade estaríamos tratando de maneira igual pessoas em condições de vida bastante diferentes. (NERI, 2010, p. 27).

Uma forma de definir as classes econômicas é pelo potencial de consumo das famílias pertencentes às classes, de acordo com os bens duráveis e o poder de compra que movimentam o mercado de consumo.

Nas classificações de classes econômicas, a classe C refere-se à renda média da sociedade através de um viés estatístico, pois a desigualdade na renda média é alta em relação ao resto da distribuição. A distribuição de renda no Brasil é ajustada de acordo com o poder de compra e o índice de Gini² interno.

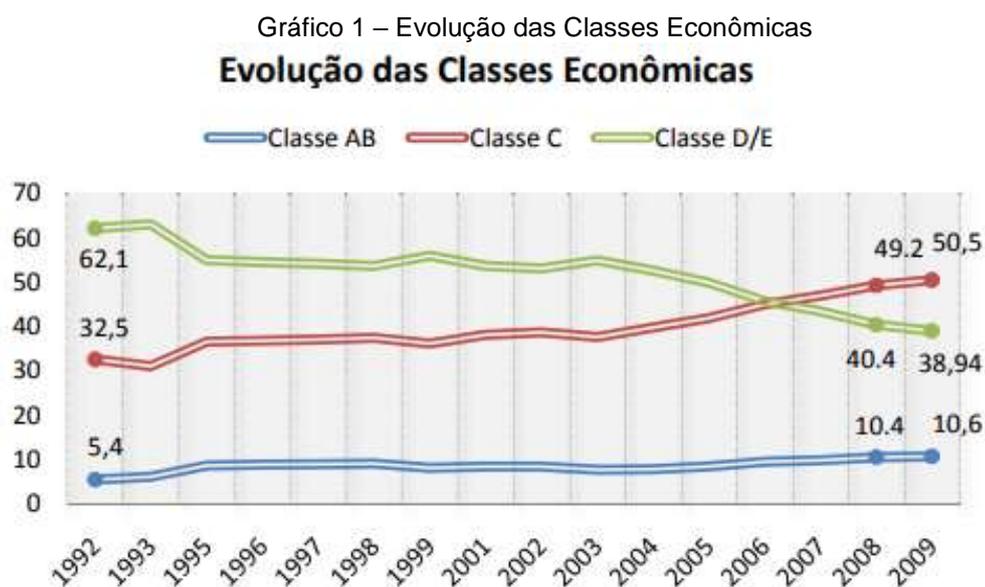
Nos anos de 2000, houve uma evolução das classes econômicas no país, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a partir da renda domiciliar per capita. A população brasileira esta distribuída através de cinco classes econômicas:

- Classe A: renda superior a 6330 reais;
- Classe B: renda entre 4860 a 6330 reais;
- Classe C: renda entre 1130 a 4860 reais;
- Classe D: renda entre 705 a 1130 reais;
- Classe E: inferior a 705 reais.

² O índice de Gini é uma medida padrão internacional para medir a desigualdade social.

De acordo com esta distribuição das classes econômicas, uma grande parcela da população brasileira não se enquadra em nenhuma destas classes, como por exemplo, uma pessoa que tem renda domiciliar per capita de mais de 40 mil reais, assim como, uma pessoa que têm renda de 150 reais.

No gráfico 1 abaixo, observa-se o aumento das classes C e A e B, contrapondo a diminuição da classe E (considerado os mais pobres).



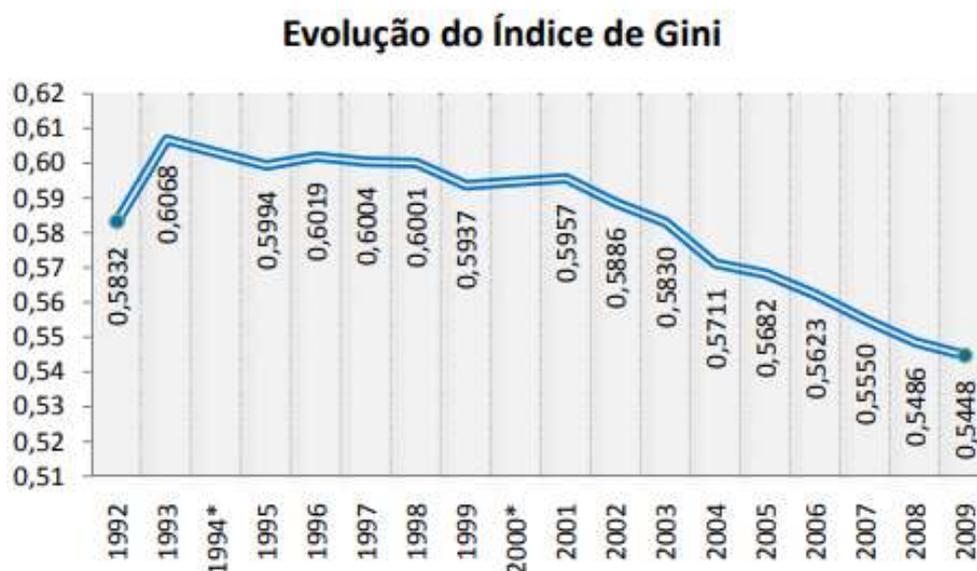
Fonte: NERI. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. 2010

Podemos observar que após o lançamento do plano real, a classe C é dominante no ponto de vista econômico, pois superam as classes A e B no poder de compra, sendo considerada a nova classe média.

A equipe do Centro de Políticas Sociais (CPS) da FGV, a instituição brasileira lança resultados dos indicadores sociais baseados em renda como, pobreza, desigualdade e bem estar social.

Desde a década de 90 até os anos de 2009, destaca-se o crescimento generalizado de renda para todos os segmentos da população, o que não acontece para a redução da desigualdade no país, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Indicadores baseados em Renda Domiciliar Per Capita



Fonte: NERI. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. 2010

De acordo com Neri, a desigualdade medida pelo índice de Gini cai 0,70% no último ano, queda inferior apresentada entre os anos de 2007 e 2008, com 1,15%.

A PNAD permite monitorar a evolução de diversos indicadores sociais baseados em renda, tais como miséria, classes econômicas, renda, desigualdade e educação desde o início da década de 90. Todos os indicadores podem ser analisados de acordo com um conjunto geral da população:

- i) características sócio-demográficas como sexo, idade, anos de estudos, raça, a posição na família; ii) características do produtos como posição na ocupação, contribuição, educação e acesso a ativos digitais; iii) características do consumidor como acesso a bens de consumo e serviços; e iv) espaciais como local de moradia, área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural), estados, e de forma inovadora, capitais e periferias (NERI, 2010, p.43).

Os indicadores sociais baseados em renda traduzem os dados de salário, jornada de trabalho, ocupação, desemprego, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a programas sociais, dentre outros aspectos, a fim de retratar o nível de bem estar, a desigualdade, a taxa de pobreza, a composição das classes econômicas. Como mostra na tabela 1 abaixo, os determinantes da distribuição de renda:

Tabela 1 – Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes ::: Total - Total								
População Total								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Públicas - BF*	Piso Previdenciário - SM*	Previdência Pós-piso > SM*
Total	Total	2009	630.25	479.26	12.76	10.64	32.54	95.05
		2003	477.89	365.71	11.78	5.13	21.22	74.05
		Taxa Crescimento Anual (%)	4.72%	4.61%	1.34%	12.93%	7.39%	4.25%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	75.28%	0.71%	2.96%	7%	14.05%

Fonte: NERI. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. 2010.

De acordo com a tabela 2 que mostra a renda domiciliar per capita através de diferentes fontes:

Tabela 2 – Renda Domiciliar Per Capita – Diferentes Fontes

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes ::: Total - Total								
Classe econômica								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Públicas - BF*	Piso Previdenciário - SM*	Previdência Pós-piso > SM*
Classe E	Total	2009	100.00%	68.83%	1.82%	18.53%	9.95%	0.86%
		2003	100.00%	77.85%	2.56%	4.87%	12.74%	1.97%
Classe D	Total	2009	100.00%	75.77%	1.08%	6.04%	13.44%	3.67%
		2003	100.00%	78.61%	1.43%	1.36%	12.37%	6.23%
Classe C	Total	2009	100.00%	75.75%	1.48%	1.39%	8.02%	13.36%
		2003	100.00%	76.57%	1.93%	0.58%	5.38%	15.53%
Classe AB	Total	2009	100.00%	76.70%	2.77%	0.52%	0.49%	19.52%
		2003	100.00%	75.74%	3.32%	1.10%	0.25%	19.59%

Fonte: NERI. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. 2010

Assim, a composição de renda por classe econômica pode ser relevante para os impactos de diferentes instrumentos de política pública sobre a distribuição de renda.

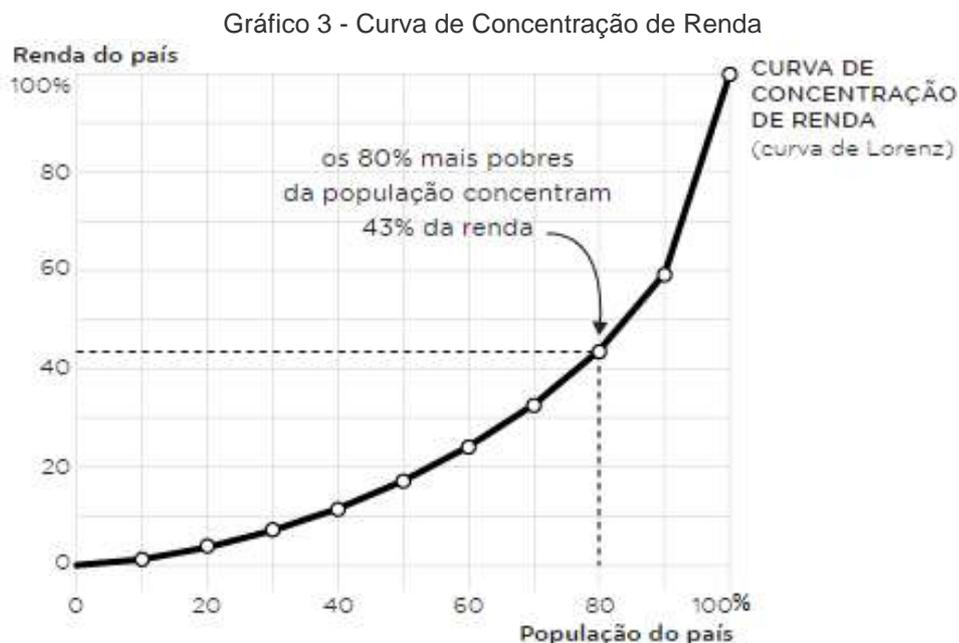
4.2 – Índices de Desigualdade Econômica

O método padrão de mensurar a desigualdade de renda de um país é o índice de Gini, uma medida que varia de 0 a 1, onde 0 corresponde à igualdade total (a renda é distribuída igualmente entre toda a população) e 1, à desigualdade completa (renda concentrada completamente em uma pessoa), ou seja, com uma única pessoa recebendo toda a renda e as demais não recebendo nada.

Por meio da Curva de Lorenz, possibilita a visualização da desigualdade de forma mais completa. Segundo Neri (2010):

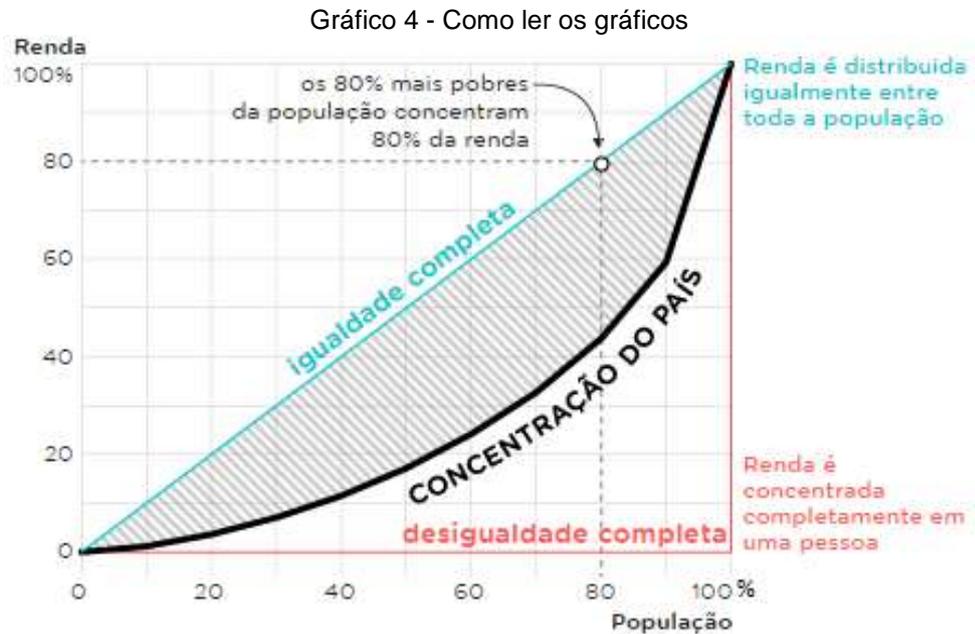
A curva de Lorenz é um simples instrumental gráfico e analítico que nos permite descrever e analisar a distribuição de renda em uma sociedade, além de permitirem que ordenamos distribuições de renda sob um ponto de vista de bem-estar. [...] é uma curva que expressa a relação entre a proporção de pessoas com renda pelo menos tão elevada do que determinado valor e a proporção de renda recebida por essas pessoas. (NERI, 2010, p.1).

A representação gráfica divide a população em proporções iguais e indica quanto diferentes fatias recebem da renda total. De acordo, com o gráfico 3 com base na curva de concentração de renda:



Fonte: Nexo Jornal LTDA

Com base nestas informações, podemos ler os gráficos que mostram a evolução destas variáveis no Brasil, como mostra os gráficos abaixo:



Fonte: Nexo Jornal LTDA

Com base nestes dados, a curva da evolução da desigualdade no Brasil, de 1982 até 2014 e de acordo com o último ano disponível, o índice Gini é de 0,49. O índice de Gini durante este período vem diminuindo, consequentemente esta ocorrendo uma diminuição na desigualdade no Brasil.

A Pesquisa Desigualdade Mundial 2018 coordenada pelo economista francês Thomas Piketty aponta que quase 30% da renda do Brasil estão nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, visto que atualmente o Brasil possui aproximadamente 208 milhões habitantes.

Em relação ao primeiro trimestre de 2017 e de 2018, os 40% mais pobres da população brasileira perderam renda enquanto as outras classes obtiveram ganhos, como mostra na figura 2 abaixo:

Brasil mais desigual

Pobres ficaram mais pobres neste início de ano

Renda média por quintil*

		1º tri 2017	1º tri 2018	Varição - %
	1º Quintil	R\$ 5.534,27	R\$ 6.130,58	10,8
	2º Quintil	R\$ 1.808,65	R\$ 2.006,94	11,0
	3º Quintil	R\$ 1.254,77	R\$ 1.308,61	4,3
	4º Quintil	R\$ 962,63	R\$ 945,04	-1,8
	5º Quintil	R\$ 400,08	R\$ 380,11	-5,0

Fonte: IBGE. Elaboração: Daniel Vasconcellos Archer Duque. *Em reais do 1º trimestre de 2018. Cada quintil equivale a 20% da população brasileira.

Os dados são referentes aos estudos realizados pelo economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) através do PNAD Contínua divulgados pelo IBGE. Segundo Duque, “O que está acontecendo é o seguinte: as classes média e alta do Brasil estão conseguindo recuperar a renda do trabalho, só que a base da pirâmide ainda está amargando perdas”.

A diferença de renda entre os pobres e ricos no país persiste. Em 2016,

O ganho médio de uma pessoa que integra o grupo de 1% mais rico da população era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre do país. 889 mil é o número de pessoas que integram o grupo de 1% mais rico, que em 2016 teve rendimento médio R\$ 27 mil/mês. 44,4 milhões é o número de pessoas que integram o grupo de 50% com menor renda e que em 2016 ganhou R\$ 747 em média por mês, inferior ao salário mínimo (VENTURINI, 2017).

A concentração de renda e a diferença entre os ganhos dos grupos considerados pobres e ricos no Brasil são desiguais a fim de afetar o crescimento econômico do Brasil com consequências diretas na realidade de cada pessoa que ocupa na sua classe social referida.

4.3 – A Distribuição de Riqueza no Brasil

Um estudo realizado pela Oxfam Brasil sobre desigualdade social revelou que as seis pessoas mais ricas do Brasil concentram, juntas, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, aproximadamente a metade da população brasileira.

Assim, como os 5% mais ricos detêm a mesma parcela de renda que os demais 95% da população. A pesquisa revela também, segundo Rossi:

[...] os super ricos (0,1% da população brasileira hoje) ganham em um mês o mesmo que uma pessoa que recebe um salário mínimo (937 reais) – cerca de 23% da população brasileira – ganharia trabalhando por 19 anos seguidos (Rossi, 2017).

Nesta mesma pesquisa destacou que o Brasil avançou a correção da desigualdade social nos últimos anos por consequência dos programas sociais com a Bolsa Família, mas ainda está longe de erradicar esta desigualdade.

No ranking da desigualdade social da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2017, o Brasil despencou 19 posições, o país que ocupa o 79º lugar entre 188 nações de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Brasil está entre o 10º país mais desigual do mundo e o 4º da América Latina.

Alguns economistas argumentam a ideia de que as pessoas tem que trabalhar mais para subir na vida e desconsiderando os problemas da desigualdade de renda e de prioridade na sociedade brasileira. Em contrapartida, o Fundo Monetário Internacional (FMI) assim como a OCDE, alertam que a desigualdade prejudica o crescimento econômico do país, como consequência disso são as famílias de baixa renda que investem menos na educação, o que reduz suas chances de encontrar empregos bem remunerados e com isso, diminui as potencialidades de consumo.

Assim como afirma Federico Cingano, “quando a desigualdade de renda aumenta, o crescimento econômico cai”, isto implica que a desigualdade de renda influencia no desenvolvimento econômico do país. De acordo com os pesquisadores do FMI “se a fatia de renda dos 20% mais ricos aumenta, o crescimento do PIB cai em médio prazo”. No gráfico 5, destaca o Brasil em que 55% da renda nacional vai para os 10% mais ricos:



Fonte: BECKER. A desigualdade é boa ou ruim para a economia?. 2018.

Esta desigualdade, principalmente das classes em que estão inseridas a população pobre e a do rico, ao qual este retém mais da metade da rentabilidade do país, interfere diretamente na situação econômica através das influências da potencialidade do consumo diante da realidade das pessoas dentro da sociedade brasileira.

No próximo capítulo, apresentaremos uma proposta de currículo de Educação Financeira Escolar, de acordo com Silva e Powell (2013) no qual destacaremos quatro eixos norteadores em que a temática, desigualdade social, esta inserida no contexto como uma das propostas a ser trabalhada na Educação Básica.

5 – Uma Proposta Alternativa de Educação Financeira Escolar

Com base na revisão dos estudos da OCDE e dos programas de Educação Financeira dos Estados Unidos e do Brasil, os pesquisadores Silva e Powell elaboraram uma proposta de currículo de Educação Financeira para as escolas da rede pública de ensino. Neste capítulo, destacaremos a importância desta temática na formação dos estudantes, como seria abordado o conteúdo no ambiente escolar e a discussão do nosso tema de pesquisa nesta perspectiva sobre Educação Financeira Escolar com o aporte teórico do Modelo dos Campos Semânticos de Lins.

5.1 – Proposta Curricular de Educação Financeira Escolar

De acordo com as revisões de literatura realizadas pelos autores, o objetivo para uma formação dos estudantes com a Educação Financeira é:

(...) um programa de Educação Financeira que será desenvolvido ao longo de toda a Educação Básica, não deveria ser reduzido a finanças pessoais. Há muito mais temas relevantes a serem incluídos no currículo que podem chamar a atenção dos alunos como, por exemplo, as questões sociais relacionadas ao dinheiro (SILVA; POWELL, 2013, p.11).

A proposta de um currículo de Educação Financeira para os estudantes da Escola Básica como parte da educação Matemática de ser educar financeiramente uma pessoa. De acordo com Silva e Powell (2013), um aluno educado financeiramente ou que possui um pensamento financeiro quando:

a) frente a uma demanda de consumo ou de alguma questão financeira a ser resolvida, o estudante analisa e avalia a situação de maneira fundamentada, orientando sua tomada de decisão valendo-se de conhecimentos de finanças, economia e matemática; b) opera segundo um planejamento financeiro e uma metodologia de gestão financeira para orientar suas ações (de consumo, de investimento...) e a tomada de decisões financeiras a curto, médio e longo prazo; c) desenvolve uma leitura crítica das informações financeiras veiculadas na sociedade (SILVA; POWELL, 2013, p.12-13).

A vertente de se educar financeiramente não está nos consumidores, mas nos estudantes e no âmbito escolar. De acordo com Silva e Powell, uma caracterização para uma Educação Financeira Escolar:

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvem sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, p.13).

A concepção de Educação Financeira tem como objetivo central no processo de ensino e aprendizagem desenvolver o pensamento financeiro dos estudantes no ambiente escolar por ser um meio transdisciplinar abrangendo o meio social de cada aluno. Nesta perspectiva, o currículo baseado nos modos da produção de significados, estrutura-se em três dimensões:

i) *pessoal* que foca as finanças pessoais; ii) *familiar*, com ênfase no núcleo familiar. Ao mesmo tempo em que discute as problemáticas financeiras de uma família, também pretende estimular o estudante a participar da vida financeira de sua família, veiculando informações e ajudando na tomada de decisões; iii) *social*, o foco está em temas e questões financeiras presentes na sociedade atual (SILVA; POWELL, 2013, p.14).

A nossa questão de investigação se enquadra na terceira dimensão voltado para o social cujo foco está em temáticas e questões financeiras que permeiam a sociedade atual.

O design de currículo, proposto por Silva e Powell (2013), está organizado em quatro eixos norteadores: i) noções básicas de finanças e economia; ii) finanças pessoal e familiar; iii) as oportunidades, os riscos e as armadilhas na gestão do dinheiro numa sociedade de consumo; iv) as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira; que serão discutidas ao longo de toda a formação dos estudantes.

Visto que nosso tema de pesquisa se enquadra em questões sociais, destacamos o último eixo norteador em que serão discutidos temas, como consumismo e consumo; as relações entre consumismo, produção de lixo e impacto ambiental; salários, classes sociais e desigualdade social; necessidade versus desejo; ética e dinheiro. Nessa perspectiva sobre Educação Financeira Escolar propõe a discussão do tema, a fim de entender que temáticas podem ser objeto de estudo para compreensão do tema.

Os temas são desenvolvidos através de tarefas como material didático para a utilização em sala de aula referenciadas teórica pelo Modelo dos Campos Semânticos de Lins (2012) para o processo de ensino e aprendizagem.

5.2 – As Pesquisas sobre Educação Financeira Escolar

A produção de significados destaca-se o Modelo dos Campos Semânticos (MCS), criado pelo professor Romulo Campos Lins, permite um olhar diferente das teorias piagetianas, que analisam os processos cognitivos pela falta, mas também diferente dos trabalhos baseados no arcabouço da Didática Francesa através das caracterizações epistemológicas. Pelo prisma da produção de significados, segundo Lins (1999) este modelo possibilita identificar que significado cada sujeito produz, no interior de certa atividade, para um determinado objeto que está sendo constituído por este sujeito.

O aspecto central de toda cognição humana é a produção de significados. De acordo com o MCS, a noção de significado é compreendida nos seguintes termos: “o significado de um objeto é aquilo que efetivamente se diz a respeito de um objeto, no interior de uma atividade” (LINS, 2012, p.28). A noção de atividade é tomada do psicólogo soviético Leontiev (por exemplo, Vygotsky; Luria; Leontiev, 1988, p.68) e explicada por Oliveira (1995) da seguinte maneira:

As atividades humanas são consideradas por Leontiev como formas de reação do homem com o mundo, dirigidas por motivos, por fins a serem alcançados. A ideia de atividade envolve a noção de que o homem orientasse por objetivos, por meio de ações planejadas (Oliveira, 1995, p.96).

Assim, produzir significados é produzir ações enunciativas a respeito do objeto, no interior de uma atividade. A produção de significados, de acordo com o MCS, amplia o processo de ensino e de aprendizagem com entendimento sobre ensino e aprendizagem: “ensinar é sugerir modos de produção de significados e aprender é internalizar modos legítimos de produção de significados” (LINS, 1999), analisando o modo como o aluno entende e compreende a aprendizagem no interior de uma atividade.

As pesquisas desenvolvidas pelo grupo NIDEEM/UFJF – Núcleo de Investigação, Divulgação e Estudos em Educação Matemática - apresentam a mesma temática detalhada acima, como referencial teórico o Modelo dos Campos Semânticos. Estas pesquisas possuem em comum o mesmo referencial teórico e metodológico com a proposta de produzir tarefas de Educação Financeira para a sala de aula de Matemática. A tabela abaixo apresenta os trabalhos concluído até o

momento, desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFJF, informações extraídas através do site do programa:

Tabela 3 - Dissertações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa

Título	Ano	Autor/ Orientador
Uma Investigação sobre Educação Financeira na Matemática do Ensino Fundamental	2012	Marcelo Bergamini Campos / Amarildo Melchiades da Silva
Design de Tarefas de Educação Financeira para o 6º Ano do Ensino Fundamental	2013	Luciana Aparecida Borges Losano / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira e Educação Matemática: a inflação de preços	2014	Márcio Carlos Vital Campos / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira Escolar para Estudantes com Deficiência Visual	2014	Glauco Henrique Oliveira Santos / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira Escolar: Orçamento Familiar	2014	Raquel Carvalho Gravina / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira Escolar: A Noção de Juros	2015	Jesus Nazareno Martins Dias / Amarildo Melchiades da Silva
Educação financeira escolar: Planejamento Financeiro	2015	Gláucia Sabadini Barbosa / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira Escolar: discutindo em sala de aula as armadilhas de marketing na mídia	2017	Katyane Anastácia Samoglia Costa Capichoni Massante / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira Escolar: os riscos e as armadilhas presentes no comércio, na sociedade e consumidores.	2017	Vivian Helena Brion da Costa Silva / Amarildo Melchiades da Silva
Educação Financeira e Educação Matemática tratando de inflação de preços no Ensino Médio	2017	Leandro Gonçalves dos Santos / Amarildo Melchiades da Silva

Fonte: Elaboração do autor

Diante do levantamento das pesquisas defendidas pelo grupo NIDEEM/UFJF através do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática pela UFJF, concluímos que o grupo ainda não pesquisou sobre a inserção do tema, desigualdade social, em Educação Financeira na escola.

6 – Considerações Finais

Este trabalho teve como ponto de partida, o entendimento da Educação Financeira proposto pela OCDE (2003) e da proposta do projeto de Educação Financeira do governo brasileiro para as escolas com intuito de que os cidadãos devem adquirir competências financeiras na sua vida o mais cedo possível. Destacando a capacidade que os estudantes têm para a tomada de decisões financeiras, a fim de usar o conhecimento e as habilidades de gerar recursos financeiros de forma eficaz.

Por outro lado, de acordo com a visão de Silva e Powell (2015), a Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Ela tem o propósito de auxiliar os estudantes a administrar seus rendimentos, orientar na tomada de decisões, informar sobre serviços financeiros, consumir de forma consciente e ajudar a prevenir situações de armadilhas, além de desenvolver um pensamento financeiro e ser educado financeiramente para melhorar o seu bem-estar financeiro.

Ao longo do texto, apresentamos uma discussão teórica sobre a desigualdade financeira e social na sociedade brasileira com a divisão das classes econômicas, como a distribuição de renda é abordada nestas classes e que fatores influenciam no funcionamento da sociedade, visto que há uma desigualdade entre a parcela da população rica e pobre o que implica que a desigualdade de renda influencia no crescimento econômico do país.

Essa pesquisa teve o objetivo de refletir sobre a inserção do tema desigualdade social brasileira no ambiente escolar como parte de educar financeiramente os estudantes, além de sugerir possíveis materiais didáticos para auxiliá-los em sua formação na Educação Básica. Pelo que foi exposto anteriormente, concluímos que o tema desigualdade social no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, devem discutir assuntos como: i) as causas que interferem no grande índice de desigualdade social no Brasil – uma delas se da por governos corruptos, má gestão e distribuição de renda, falta de infraestrutura, dentre outras; ii) como são constituídas as classes econômicas, visto que grande parte da população não se enquadra nestas classes; iii) as condições para que um cidadão seja considerado pobre e rico no Brasil; iv) a influência no desenvolvimento econômico e na sociedade de consumo que vivemos; v) por que ainda existe desigualdade social no Brasil?

Diante de tais questões, torna-se fundamental aos estudantes serem educados financeiramente com toda informação necessária sobre as oportunidades e consequências de suas ações no mercado de consumo para tomarem decisões mais conscientes que irão interferir na sua vida pessoal, assim como, no desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

O estudo sugere a necessidade de elaborar material didático sobre os assuntos acima descritos, que não seja enfadonho para os adolescentes, mas que os permita falar, discutir e refletir sobre a desigualdade social no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. **A evolução da desigualdade de renda no Brasil e no mundo**, 2017. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/07/31/A-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-desigualdade-de-renda-no-Brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: julho de 2018.
- BECKER, A. **A desigualdade é boa ou ruim para a economia?**, 2018. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-desigualdade-e-boa-ou-ruim-para-a-economia>>. Acesso em: agosto de 2018.
- BRASIL/AEF. **Associação de Educação Financeira do Brasil**. Educação Financeira nas Escolas. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em: junho de 2018.
- BRASIL/CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. Livro do professor / [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)] – Brasília: CONEF, 2013.
- BRASIL/ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**. 2011a. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: junho de 2018.
- BRASIL/ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**. 2011b. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/legislacao/Default.aspx>>. Acesso em: junho de 2018.
- CARRANÇA, T. **Mais pobres perdem 5% da renda e desigualdade cresce**, 2018. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/brasil/5542627/mais-pobres-perdem-5-da-renda-e-desigualdade-cresce>>. Acesso em: agosto de 2018.
- LINS, R. C. O Modelo dos campos semânticos: estabelecimentos e notas de teorias. In: ANGELO, C. L. et al. **Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática: 20 anos de História**. São Paulo: Midiograf, 1ª edição, 2012, 280 p.
- LINS, R. C. Por que discutir teoria do conhecimento é relevante para a Educação Matemática. In: Bicudo, M. A. V. (Org.). **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP. p. 75-94, 1999.
- MUNDY, S. **Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices**. OCDE journal: General papers, volume 2008/3. OCDE, 2008.
- NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010, 3 v., 121 p.
- NERI, M. C. **Curva de Lorenz**, 2010. Disponível em: < https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2010/BES_raiz_aane_w/pdf/sbst/BES_CurvadeLorenz.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.
- OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Scipione, 1995.
- OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. Relatório publicado em 25 de setembro de 2017.

ROSSI, M. **Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre**, 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html?rel=mas>. Acesso em: agosto de 2018.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. Educação Matemática: Retrospectiva e Perspectivas. XI ENEM, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba - PR, p.1-17, jul. 2013.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Boletim GEPEM**, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Departamento de Matemática. Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/>>. Acesso em: maio de 2018.

VENTURINI, L. **Como está a desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE**, 2017. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>> Acesso em: agosto de 2018.